

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER.....	9
NOTA DO AUTOR	11
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	19
2. DIREITO ESTRANGEIRO	24
3. DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	28
4. A REFORMA DE 1994.....	38
4.1 Prazo de oposição	41
4.2 Interrupção do prazo para interposição de outro recurso	41
4.3 A pena para os embargos protelatórios	43
4.4 Exclusão da “dúvida”	45
4.5 Omissão do legislador quanto às decisões interlocutórias	47
5. DECISÕES QUE PODEM SER ATACADAS PELOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	49
5.1 Decisões interlocutórias e despachos	49
5.2 Decisões monocráticas	57
5.3 Decisão que afasta a repercussão geral da questão constitucional	61
6. EFEITO DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO E INTERRUPTÃO DO PRAZO PARA OUTROS RECURSOS.....	66
6.1 O efeito devolutivo	66
6.2 O efeito suspensivo.....	69
6.2.1 Efeito suspensivo e iminência de dano	74

6.2.2	Antecipação de tutela e conceitos vagos	77
6.3	Interrupção do prazo para outros recursos	80
6.3.1	Breve registro histórico.....	81
6.3.2	Os embargos protelatórios e os incabíveis	83
7.	HIPÓTESES DE CABIMENTO	90
7.1	A obscuridade.....	90
7.2	A contradição	94
7.2.1	A contradição deve estar na decisão.....	96
7.2.2	A contradição entre o acórdão e a ementa	97
7.2.3	A contradição entre o voto e o acórdão.....	99
7.3	A omissão	100
7.3.1	Os embargos “prequestionadores”	103
7.3.2	O voto vencido	104
7.4	O erro material	107
7.5	O erro de fato.....	111
8.	O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	115
8.1	O contraditório nos embargos de declaração	116
9.	COMPETÊNCIA	125
10.	LEGITIMIDADE E INTERESSE PARA EMBARGAR	128
11.	PREPARO	133
12.	SUSTENTAÇÃO ORAL	135
13.	PRAZO PARA OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	137
14.	FUNGIBILIDADE RECURSAL.....	139
14.1	Pressuposto para aplicação do princípio da fungibilidade re- cursal	142
14.2	O problema do prazo	144
14.3	A fungibilidade e os embargos de declaração	147

15. SUBSTITUIÇÃO OU INTEGRAÇÃO DA DECISÃO.....	153
16. REFORMATIO IN PEJUS	155
16.1 <i>Reformatio in pejus</i> e embargos de declaração	157
17. OS EMBARGOS NOS JUIZADOS	160
18. OS EMBARGOS NA LEI DA ARBITRAGEM.....	165
19. ADITAMENTO DO RECURSO PELA PARTE QUE RECORREU ANTES DA OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	167
20. OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS CONTRA DECISÃO NOS EMBARGOS.....	171
21. EFEITOS INFRINGENTES	174
21.1 Evolução doutrinária e jurisprudencial	176
21.2 A nossa opinião	183
21.3 Obscuridade.....	185
21.4 Contradição.....	186
21.5 Omissão	188
21.6 Erro material	191
22. O PREQUESTIONAMENTO.....	194
22.1 Evolução histórica.....	196
22.2 O recurso extraordinário	200
22.3 O recurso especial	206
22.4 O juízo de admissibilidade e o juízo de mérito dos recursos	209
22.4.1 Os requisitos de admissibilidade genéricos.....	212
22.4.2 Os requisitos de admissibilidade específicos do recurso extraordinário e do recurso especial.....	216
22.4.3 O agravo de despacho denegatório de recurso especial e de recurso extraordinário	219
22.4.4 O agravo contra a decisão do relator que nega seguimento ao recurso.....	225
22.5 Definição de prequestionamento.....	227

22.6	Fundamento legal.....	233
22.7	Desnecessidade de indicação do dispositivo legal no acórdão ..	238
22.8	Prequestionamento explícito e implícito	241
22.9	Prequestionamento e questões de ordem pública	245
23.	OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO “PREQUESTIONADORES”	250
23.1	Causa de oposição: omissão	252
23.2	Proibição de introdução de questão nova	254
23.2.1	Questão de ordem pública.....	257
23.3	Embargos de declaração “prequestionadores” não devem ser considerados protelatórios	260
23.4	Persistência da omissão mesmo após os embargos.....	263
23.5	Questão federal ou constitucional surgida no acórdão	274
23.6	Questão federal e constitucional: omissão sobre apenas uma delas	279
	NOTAS DE CUNHO CONCLUSIVO	283
	BIBLIOGRAFIA	291
	OBRAS PUBLICADAS NESTA SÉRIE	301